

A UDF, sua vocação política e científica: um legado para se pensar a universidade hoje

*Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero**

Resumo: Situam-se as origens da Universidade do Distrito Federal no ano de 1935, em meio à agitação que marcava o País e às disputas pelo controle dos rumos da educação nacional. Constata-se a clara definição de suas funções: inovadora ênfase no ensino e na pesquisa e proposta de promover e estimular a cultura, formar profissionais e técnicos nos diferentes campos de atuação de suas escolas e institutos e prover a formação do magistério em todos os níveis. Para alcançar seus objetivos, a UDF contou com missões de professores estrangeiros que, juntamente com professores brasileiros, deixaram suas marcas no ensino e na pesquisa. Discutem-se, também, problemas vivenciados desde sua instituição à sua extinção (1939). Conclui-se, assinalando que a UDF pode ser vista como uma utopia vetada, oferecendo subsídios para se pensar a universidade hoje.

Palavras-chave: Universidade do Distrito Federal; produção de conhecimento; ensino e pesquisa.

Abstract: This article brings a discussion of the origins of the University of Distrito Federal (Federal District), in 1935, relating them to the political turmoil in Brazil at that time, and the fights for the control of national education. The author pinpoints the functions of that university: (a) an innovative focus on teaching and research; (b) a proposal towards fostering and sponsoring culture and preparing professionals in different fields to work in its schools and institutes, and (c) the organization of teacher formation at all levels. To achieve such aims, the university counted on foreign and Brazilian lecturers who left their imprints on teaching and research. The author also discusses problems experienced by the institution from its foundation to its extinction, in 1939, and finally argues that UDF can be seen as a forbidden utopia, offering insights to reflections on university today.

Key words: University of Distrito Federal (Federal District), production of knowledge, teaching and research.

1. Introdução

Partimos da premissa de que a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) pode ser entendida como um fato histórico e, para estudá-lo, procuramos

* Coordenadora do PROEDES/FE/UFRJ; Professora Titular e Coordenadora do Mestrado em Educação da UCP. favero@infolink.com.br

relacioná-lo com as demais instituições da sociedade com a qual se articula. Lembramos que a década de 1920 foi marcada, no Brasil, por novas idéias e por movimentos culturais, políticos e sociais que tiveram repercussões nas décadas seguintes. Nesse período desempenharam papel muito importante a Academia Brasileira de Ciências (ABC), instituída em 1922, embora suas origens datem de 1916, com a denominação de Sociedade Brasileira de Ciências, e a Associação Brasileira de Educação (ABE), instituída em 1924. Essas duas entidades iniciaram um movimento pela modernização do sistema educacional brasileiro em todos os níveis, incluindo o universitário¹. Nesse contexto, a última década da Primeira República apresentou-se marcada pelo aumento da demanda por educação superior, em decorrência das transformações econômicas, políticas, culturais e institucionais em processo no País (CUNHA, 1980).

O início dos anos 1930 foi marcado por uma conscientização maior dos problemas educacionais. A concepção — herdada da década anterior — de que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, assim como pelo espírito de “criação” e de reprodução das “elites”, adquiriu mais força e ampliou suas perspectivas. Nesses anos, não somente no campo da escola básica, mas também no do ensino superior, as realizações mais expressivas foram apresentadas por pessoas ou grupos cujas origens estão na ABE. Entre os exemplos mais eloqüentes, em termos de propostas de universidade, registram-se a criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF). Mas, dada a natureza das transformações pelas quais passava a sociedade brasileira e dos conflitos existentes, o processo de estruturação e direcionamento do sistema educacional no País não se fez sem conflitos. Ao contrário, foram intensos os movimentos de mobilização dos diversos segmentos sociais em torno de medidas indicadoras da interferência de grupos em disputa.

É oportuno observar também que, se a Primeira República foi marcada pela descentralização política e administrativa, a partir de então essa tendência se reverteu e começou a haver acentuada e crescente centralização nos mais diferentes setores: surgiu um aparelho de Estado mais forte e o poder se deslocou cada vez mais do âmbito local e regional para o do governo central. Em decorrência, foram elaboradas políticas de caráter nacional — aqui se incluem as de educação — mediante legislação e controle, mecanismos autoritários e repressivos, que melhor se explicitaram no Estado Novo.

O Governo Provisório, que se instalou com a Revolução de 1930, criou o Ministério de Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que elaborou e implementou reformas de ensino — secundário, superior e

1. A respeito ver Paim (1982).

comercial — com acentuada tônica centralizadora, “atribuindo ao Estado poder para exercer sua tutela sobre todos os domínios do ensino no país” (MORAES, 2000, p. 132-133). Tratava-se de adaptar a educação escolar a diretrizes que iriam assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação criar e desenvolver “um ensino mais adequado à ‘modernização’ do país, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação das ‘elites’”. Um ensino que contribuisse para completar a obra revolucionária, orientando e organizando a nacionalidade” (MORAES, 2000, p. 133).

Foi nesse contexto que o Governo elaborou seu projeto universitário, adotando medidas que se estenderam desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1935, até chegar à institucionalização da Universidade do Brasil, em julho de 1937, como modelo-padrão para as demais universidades existentes no País.

Nesse período, como já assinalado, observou-se a existência, por parte dos que estavam no poder, de uma preocupação de centralizar as iniciativas educacionais e as normas básicas orientadoras dos seus rumos, segundo interesses em fase de consolidação. Essa tendência à uniformização em termos de instituições de ensino superior ficou muito clara na exposição de motivos do Ministro Francisco Campos, ao encaminhar seu projeto de reforma de ensino superior, quando assinalou:

Na reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que constituirá o modelo para as universidades e institutos equiparados, foram adotadas as normas instituídas para o regime universitário no Estatuto das Universidades Brasileiras. Nela ficam incorporados os institutos de ensino superior da Capital da República, dependentes do Ministério da Educação e Saúde Pública, acrescidos da Escola de Minas de Outro Preto e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada no projeto. (CAMPOS, 1931)

Essa definição ministerial soa mais forte quando se tem presente, de um lado, que, subjacente às suas idéias sobre política educacional, está a crença de que a reforma da sociedade se faz mediante a reforma da escola e, de outro, a certeza de que ao Estado cabem a responsabilidade e o controle da educação. Neste sentido, o decreto que cria e regulamenta o Conselho Nacional de Educação, em 1931, associado ao que dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras e ao que se refere à Reforma do Ensino Secundário — ambos promulgados nesse mesmo ano —, são bastante elucidativos.

Apesar da tendência à uniformização, reflexo da política centralizadora e autoritária do governo federal em relação às instituições universitárias nos anos 30

do século passado, houve iniciativas que expressam posições contrárias. Destacamos, em especial, as criações da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933); da Universidade de São Paulo — USP (1934) e da Universidade do Distrito Federal — UDF (1935), objeto deste estudo.

Para analisar a Universidade do Distrito Federal, sentimos ser necessário, como assinalado antes, relacioná-la com os demais grupos e instituições existentes nos anos 1930, igualmente preocupados com a elaboração de um projeto político-pedagógico, em especial para a universidade. Para apreender a história dessa instituição, indo além do empiricamente observável, percebemos ainda ser importante ter presente não somente seu significado e papel, mas também deixar claro quais atores atuam nesse projeto e a cidade na qual ele é implantado.

No trabalho com as fontes documentais textuais², procuramos captar, sempre que possível, as relações entre os modos de organização e de atuação dessa Universidade e as intenções das pessoas que a idealizaram, que a produziram ou defenderam sua extinção. Tal encaminhamento, porém, não tem sido fácil, pois sabemos que a análise dos dados disponíveis, dos fragmentos que trabalhamos, nem sempre poderia dar conta do todo que se objetivava restaurar. Há, de nossa parte, consciência, como nos ensina Kosik (1976), de que “existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente” (p.13). E de que a realidade não se apresenta ao pesquisador ou estudioso à primeira vista, “apresenta-se como um campo em que exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata prática da realidade” (KOSIK, 1976, p.10). Daí o trabalho com as fontes constituir-se, para nós, um verdadeiro exercício, no qual o pesquisador deverá procurar apreender não apenas o que é dito, mas também o que não foi dito.

Com essas preocupações, fomos aos arquivos³, procurando fazer uma garimpagem de fontes referentes à história dessa instituição, procurando desnudar, entender, o que se encontrava por detrás do aparente da história da Universidade do Distrito Federal.

2. A UDF: da idéia à construção

Cada vez que nos debruçamos sobre a história dessa Universidade, somos levados a perceber o papel renovador da UDF, ao lado da USP, nos anos 1930. Para Raul Bittencourt (1955), um de seus ex-professores, a Universidade do Distrito Federal

2. Estes documentos encontram-se no arquivo “A Universidade do Distrito Federal –UDF (1935-1996)”, sob a guarda do PROEDES/FE/UFRJ.

3. Além do Arquivo da UDF, trabalhamos também com fontes documentais existentes nos arquivos de Getúlio Vargas e de Gustavo Capanema que se encontram no CPDOC/FGV.

era uma instituição de tipo novo em nosso país, só comparável, embora com mais amplitude, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (p. 21-22).

A questão que se coloca é: como apreender o sentido ou significado dessa renovação? As fontes documentais textuais analisadas e complementadas por depoimentos⁴ de alguns ex-professores e ex-alunos, nos permitem fazer algumas inferências: a UDF, concebida como universidade, embora criada em abril de 1935, teve seus cursos inaugurados em 31 de julho do mesmo ano. Desde o início, apesar de grandes dificuldades, surgiu não somente com uma definição precisa e original, para o contexto da época, do sentido e das funções de uma universidade, mas também pôs em prática mecanismos que se faziam necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos.

Em termos de projeto, é de se destacar a dimensão cultural atribuída à Universidade do Distrito Federal, contida nos “considerandos introdutórios” ao Decreto nº 5.513/1935, por intermédio dos quais se justificava a necessidade de sua instalação. Alguns desses considerandos, como veremos a seguir, explicitam seu papel e sua função cultural:

- a cidade do Rio de Janeiro constitui um centro de cultura nacional de ampla irradiação sobre todo o país;
- o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística é essencial para o aperfeiçoamento e o progresso da comunidade local e nacional;
- à cidade do Rio de Janeiro compete o dever de promover a cultura brasileira do modo mais profundo que for possível;
- o número de estudantes do Distrito Federal e o dos que afluem de outros estados ao centro de cultura do país é de tal ordem, que justifica a existência de mais uma universidade;
- em conseqüência, considera-se ser, assim, dever do Estado a fundação da Universidade do Distrito Federal e, além disso, essa é a forma de consagrar pela autonomia cultural a atual autonomia política (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1935, p.3-4).

Coerente com esses pressupostos, Anísio Teixeira fianlizou o discurso proferido na inauguração dos cursos da UDF, em 31 de julho de 1935, com as seguintes palavras: “Dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do Distrito Federal nasce sob um signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um Brasil de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem” (TEIXEIRA, 1998, p. 43).

4. Esses depoimentos foram concedidos ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, como aparecem nas referências bibliográficas.

Procurando mostrar como se devia processar a relação entre universidade, cultura e aperfeiçoamento dentro da sociedade brasileira, e como aquela instituição poderia contribuir para superar distorções então presentes nas atividades intelectual e cultural no País, observou:

A cultura brasileira se ressentida, sobretudo, da falta de quadros regulares para a sua formação. Em países de tradição universitária, a cultura une, socializa e coordena o pensamento e a ação. No Brasil, a cultura isola, diferencia, separa. E isso, por quê? Porque os processos para adquiri-la são tão pessoais e tão diversos, e os esforços para desenvolvê-la, tão hostilizados e tão difíceis, que o homem culto, à medida que se cultiva, mais se desenraíza, mais se afasta do meio comum, e mais se afirma nos exclusivismos e particularismos de sua luta pelo pessoal pelo saber (TEIXEIRA, 1998, p. 40).

Na percepção desse pensador/educador, a Universidade que se inaugurava tinha como preocupação preparar quadros intelectuais e contribuir para acabar com o isolamento denunciado. Segundo suas palavras, à universidade caberia destruir esse isolamento, competindo a ela socializar “a cultura, socializando os meios de adquiri-la”. Pois “a identidade de processos, a identidade de vida e a própria unidade local farão com que nos cultivemos, em sociedade” (TEIXEIRA, 1998, p.41-42). E insistia:

O isolamento e o autodidatismo nacionais fazem-nos incoerentes, paradoxais, irritadiços e extravagantes. A opinião intelectual de um país é o reflexo de seus meios e de processos de cultura. A universidade vem-nos dar disciplina, ordem, sentido comuns e capacidade de esforço em comum (TEIXEIRA, 1998, p. 42).

Em suma, de acordo com o explicitado nesse discurso, para Anísio Teixeira, a fonte para a criação da identidade de um povo e do caráter nacional é a universidade. Nada mais natural, no seu entender, do que se construir isso por meio da UDF, sediada na capital da República, indiscutivelmente um dos grandes pólos nacionais de irradiação cultural. Para tanto, fazia-se necessário que a própria universidade contribuísse para o combate do autodidatismo e do isolamento intelectual. Nessa linha, observava: a instituição universitária que acabava de ser criada tinha como um de seus propósitos constituir-se em núcleo de formação intelectual do País, até aquele momento “formado ao sabor do mais abandonado e precário autodidatismo” (TEIXEIRA, 1998, p. 38). E complementava: a universidade não tem “nenhuma ‘verdade’ a dar, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente”. Pois “o saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, o saber é

uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem” (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Na visão desse educador, tratava-se menos de preparar quadros formados por indivíduos com domínio do saber existente e da experiência humana acumulada, ou formar pessoas competentes em ofícios úteis, do que criar um ambiente de saber, facilitador da participação de todos na formação intelectual da experiência humana. Para Anísio, “A Universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não as têm, também não têm existência autônoma, vivendo, tão-somente, como reflexo das demais” (TEIXEIRA, 1998, p.34). Nessa perspectiva, assinalava:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. Trata-se, de manter uma atmosfera de saber pelo saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Com essas palavras, Anísio Teixeira chamava a atenção para um problema fundamental: uma das características da universidade é ser um *locus* de investigação e de produção de conhecimento. E uma das exigências para a concretização de tal proposta era e é, sem dúvida, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária. De forma enfática, observava: “a universidade é e deve ser a mansão da liberdade” (TEIXEIRA, 1998, p. 43).

Face ao exposto, indagamos: como pensar em liberdade de pensamento, nos termos defendidos por Anísio Teixeira, quando, a partir de 1935, a abertura aventada pela Revolução de Outubro de 1930, passou a ser vista como um erro a ser corrigido e quando, após o levante de 1935, “o conceito de segurança nacional é reduzido à segurança contra o comunismo?” (LIMA, 1978, p. 136).

Como pensar em liberdade de pensamento e autonomia universitária, quando a “pecha de comunista” passa a ecoar como a de um feiticeiro da Idade Média e “o atestado de ideologia converteu-se em complemento de cidadania prestante”? Como pensar em liberdade de pensamento, quando “todo pensamento social caiu sob a

suspeitosa vigilância de órgãos especializados de investigação”? (LIMA, 1978, p.136) Nesse contexto, a liberdade e a autonomia universitária, princípios norteadores do projeto de criação dessa universidade, foram atingidos e, aos poucos, a UDF teria de se “amoldar” aos padrões do poder central, até ser extinta.

É pertinente registrar, também, que as iniciativas de Anísio Teixeira à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal tiveram não somente um caráter de ampliação e consolidação do legado que recebera, em termos de modernização do sistema escolar, iniciado nas administrações anteriores — como a de Carneiro Leão (1922-1926) e, especialmente, a de Fernando de Azevedo (1927-1930) —, mas foram marcadas por características muito peculiares na consecução dos objetivos visados, o que provocou oposições radicais, mas também o apoio de elementos respeitáveis do magistério carioca (LEMME, 1988, p. 121). Como Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (1931-1935), ele organizou uma rede municipal que ia da escola primária à universidade, e fez dela, junto com seus colaboradores, um poderoso campo cultural que interferia na vida urbana e, ao mesmo tempo, produzia conhecimentos sobre ela (NUNES, 1992, p.159). Na concepção de Anísio, a Universidade seria o ápice de um projeto integrado de educação a ser desenvolvido na capital da República, em que a educação superior estivesse em harmonia com os outros níveis de ensino.

Importante lembrar que, desde o início, Anísio sabia que “a luta seria longa e árdua”, mas estava disposto a enfrentá-la, por estar “convicto de que no Distrito Federal situava-se o coração dessa guerra” (VIANA FILHO, 1990, p. 65). Isso fica claro em correspondência dirigida a Fernando de Azevedo, na qual comenta : “Creio [...] já lhe haver dito que é minha impressão não ser possível travar, no Brasil, a batalha educacional, antes de vencermos a peleja do Distrito Federal” (*apud* VIANA FILHO, 1990, p. 65). Tinha ele razão: a cidade do Rio de Janeiro não era apenas a capital cultural do Brasil, mas também sede do poder central, das relações de mando e de tomada de decisões políticas.

Nesse contexto, a estruturação do sistema público de ensino na capital da República se fez perpassada por conflitos. A respeito, comenta Hermes Lima: “Exatamente como acontecera quando da introdução do ensino secundário [técnico] no sistema escolar municipal, nasce a Universidade sob o fogo de seus opositores” (1978, p.182). Brandia-se contra essa instituição, principalmente, o argumento ideológico de que ela “seria uma Universidade esquerdista, senão comunista”, qualificação mágica atribuída pelo sectarismo integralista e pelos católicos (HERMES LIMA, 1978, p.183).

A oposição a Anísio Teixeira, por parte do grupo dos católicos, transformou-se em acusação aberta a partir de 1935. “Alceu Amoroso Lima acusa-o de simpatizante da Aliança Nacional Libertadora e de pretender implantar no Rio de Janeiro uma educação socialista” (HORTA, 1994, p.40). Em julho desse ano, Alceu afirmava em carta ao Ministro Gustavo Capanema, a posição dos católicos e deixava claro

que eles esperavam do Governo “uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo”:

[...] para garantir a estabilidade das instituições e a paz social [era preciso o Governo] organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homens de toda a confiança moral e capacidade técnica, e não a socialistas como o Diretor do Departamento Municipal de Educação (LIMA, 1935).

Essa reação ficou ainda mais clara quando, explicitamente, na mesma carta, o líder católico se voltou contra as realizações de Anísio Teixeira, principalmente em relação à Universidade do Distrito Federal, observando:

O espetáculo do Brasil de hoje ofereceu-nos a oportunidade de algumas considerações, que sou levado a repetir-lhe por carta, não só pela nossa velha amizade, mas ainda por ser você a mais alta autoridade de nossa organização educativa. A recente fundação de uma Universidade Municipal, com a nomeação de certos diretores de Faculdades, que não escondem suas idéias e pregação comunista, foi a gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos por esse caminho? Consentirá o governo que, à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia? (LIMA, 1935)⁵.

Embora não tivesse sido decretado o Estado Novo, as idéias autoritárias já se faziam sentir de forma muito clara, sobretudo a partir de 1935. Além disso, o princípio de cooptação era um dos mecanismos presentes na sociedade brasileira. No caso da UDF, este mecanismo parece ter existido, porque o presidente Vargas, não desejando contrariar os interesses do prefeito do Distrito Federal, talvez por receio de perder seu apoio numa fase tão conturbada do País, preferiu autorizá-lo a assinar o decreto de criação da UDF, mesmo sem a audiência do Ministro da Educação⁶.

5. Após a promulgação do Estado Novo, em 1937, Capanema entregou a reitoria da UDF a Alceu Amoroso Lima, que ali permaneceu durante oito meses. Sua passagem pela reitoria contribuiu para reforçar sua idéia contrária à incorporação da UDF pela Universidade do Brasil. Essa foi uma das condições que ele impôs mais tarde ao Ministro, quando foi convidado para ser diretor da Faculdade Nacional de Filosofia: “a de que a nova faculdade não absorvesse, ao menos de imediato, a UDF” (MENDONÇA, 2002, 114-116).

6. Segundo depoimento do historiador Jacobina Lacombe, em entrevista concedida à autora, em novembro de 1976, a UDF foi criada porque Pedro Ernesto recebeu, diretamente do presidente Getúlio Vargas, autorização para assinar o decreto que a instituiu.

É oportuno lembrar ainda que, nos últimos dias de 1935, Pedro Ernesto, prefeito da capital da República, viu-se discriminado por representantes do poder instituído. Mesmo tendo grande relacionamento na área política oficial, estava fragilizado e havia, antes de tudo, como mostra Hermes Lima (1978), um sacrifício ritual a executar: o afastamento de Anísio Teixeira. Desde 1931, este último vinha sendo alvo da campanha da liderança católica na discussão sobre escola pública, o que se intensificou a partir de 1935, quando foi criada a UDF (FÁVERO, 1996; 2001). Embora Anísio não tivesse sido preso, nesse ano ele foi compelido a pedir exoneração de suas funções, sendo substituído por Francisco Campos, ex-Ministro da Educação.

Diante do clima de inquietação e do estado de guerra decretado no País, o destino do fundador da UDF não poderia ser outro: o afastamento de Anísio Teixeira das funções públicas que vinha exercendo. Exonerado do cargo de Secretário, Anísio recebeu o imediato apoio de colaboradores nos serviços de educação do Distrito Federal, alguns dos quais integrantes dos quadros da UDF e também demissionários. A partir de 1936, professores da Universidade do Distrito Federal, juntamente com outros intelectuais e educadores, foram demitidos e presos, como Hermes Lima, também diretor da Escola de Economia e Direito, Castro Rabello, Leônidas Rezende e Luiz Carpentier.

Nesse contexto, a liberdade e a autonomia universitárias, princípios norteadores do projeto de criação da UDF, foram atingidos e, aos poucos, ela passou a ter de se submeter aos padrões do poder central. Exemplo bem claro dessa inferência se encontra nos artigos 27 e 37 do Decreto nº 6.215, de maio de 1938, que reorganiza a Universidade do Distrito Federal. Nesses artigos é prevista a nomeação do Reitor em comissão, bem como dos diretores dos institutos, tal como aparece disposto na Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, que institui a Universidade do Brasil, como modelo-padrão para as demais instituições universitárias existentes no País. É pertinente observar, também, que, de acordo com o artigo 21 do Decreto nº 5.513/35, o Reitor, dirigente executivo superior da Universidade, enquanto esta não tivesse “autonomia econômica”, seria nomeado pelo Prefeito .

3. A UDF: centro de estudos, de produção do saber e de cultura

A UDF surgiu na década de 1930, com uma definição precisa e original do papel e das funções da universidade, no País. O Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935, que a instituiu, justificava a necessidade de sua instalação e defenia como seus fins:

- a) promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; b) encorajar a pesquisa científica, literária e artística; c) propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de seus

cursos de extensão popular; d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem; e) prover a formação do magistério, em todos os seus graus (art. 2º).

Para efetivar essas finalidades, a Universidade do Distrito Federal foi fundamentalmente constituída por cinco unidades: o Instituto de Educação, a Escola de Ciências, a Escola de Economia e Direito, a Escola de Filosofia e Letras e o Instituto de Artes, além de instituições complementares (Decreto nº 5.513/35, art. 3º).

No entender de Anísio Teixeira e seus colaboradores, essa universidade caracterizou-se por ser uma tentativa de esforço para ampliar os objetivos do ensino superior, integrando-os em escolas complexas e diversificadas, cuja finalidade era oferecer estudos nos diferentes campos do saber humano, conjugando cultura geral com especialização científica e literária.

Com essas preocupações, os primeiros anos da Universidade do Distrito Federal foram dedicados à organização de seus cursos e de seu corpo docente. Para a consecução dos objetivos a que se propunha, Júlio Afrânio Peixoto, seu primeiro Reitor, foi à Europa escolher e convidar professores estrangeiros para aquelas áreas nas quais se considerava não haver, no Brasil, profissionais suficientemente preparados. Correspondência de Afrânio Peixoto dirigida a Anísio Teixeira é ilustrativa de como poderiam ser efetuadas tais contratações (PEIXOTO, 1935).

Em um período em que a tradição brasileira de ensino superior se baseava mais no ensino profissional de caráter utilitário, a institucionalização da USP (1934) e da UDF (1935) iria redirecioná-lo para a ênfase na ciência básica e para um saber desinteressado.

Essa mudança tornou necessárias as missões estrangeiras de professores, que deixaram suas marcas, juntamente com professores brasileiros. Há registros da presença e da atuação de professores estrangeiros na UDF, em 1936, lecionando nas Escolas de Economia e Direito e de Filosofia e Letras: Émile Bréhier (Filosofia); Eugène Albertini, Henri Hauser e Henri Tronchon (História); Gaston Leduc (Linguística); Étienne Souriou (Psicologia e Filosofia), Jean Bourciez (Filologia das Línguas Românicas), Jacques Perret (Línguas e Literatura Greco-Romanas); Pierre Deffontaines (Geografia) e Robert Garric (Literatura). Na Escola de Ciências, registrou-se a presença, de 1935 a 1936, de Viktor Leinz (Mineralogia e Geologia) e de Bernard Gross (Física)⁷.

A atuação desses estrangeiros marcou a UDF. Carta de Odette Toledo, secretária da UDF, dirigida a Anísio Teixeira, em 1937, confirma a assertiva:

7. Apenas o primeiro deles permaneceu até 1937. A respeito da atuação da Missão Francesa, na UDF, consultar Universidade do Distrito Federal (1937).

Os cursos dos franceses tiveram grande sucesso. Notáveis pelos resultados conseguidos com os alunos foram os de Geografia Humana — Deffontaines; História Romana — Albertini; Economia Social — Leduc. De grande repercussão social: Garric, Souriou e Hauser. Deram curso na Academia Brasileira de Letras e fizeram conferências em vários estados em nome da UDF (TOLEDO, 1937).

Após as demissões e prisões de professores e apesar de todos os reveses, segundo Odette Toledo, “a Universidade funcionou regularmente em 1936. Resistiu à nova crise do princípio do ano, dando mais uma prova de vitalidade, embora tenha decrescido sensivelmente o número de inscrições, como era natural” (TOLEDO, 1937). Mesmo assim, os professores que permaneceram, a partir desse ano, em especial na Escola de Ciências, tentaram levar adiante o projeto inicial de formar um convívio dos mais agradáveis (TOLEDO, 1937).

A presença dos professores estrangeiros, mesmo por um período curto, esteve, em geral, voltada para a formação de pesquisadores. Nessa direção, graças à presença de Pierre Deffontaines, surgiu, em 1936, o *Centro de Estudos Geográficos*, tendo como preocupação desenvolver trabalhos e pesquisas com a participação de professores, alunos e ex-alunos, em especial, sobre Geografia do Brasil. Conforme registro da posse da Diretoria e do Conselho Deliberativo, o *Centro de Estudos Eugène Albertini* foi instituído em outubro de 1937, tendo como objetivo intensificar e aprofundar os debates sobre a civilização romana e propiciar a publicação de teses e trabalhos especializados dos sócios. Ainda em 1936, foi criado o *Centro de Estudos Sociológicos*, organizado como espaço de investigação e discussão à semelhança dos demais centros de estudos da UDF, tendo a sua frente dois professores brasileiros: Gilberto Freyre e Heloisa Alberto Torres.

Além da presença e influência de professores estrangeiros, a Universidade do Distrito Federal, quanto à organização acadêmica, apresentava algumas exigências que favoreciam de forma mais intensa a formação de pesquisadores, em comparação ao que existia em termos de instituições de ensino superior, nos anos 1930. Registrava-se, também, tendência para que os cursos se realizassem com grande seletividade, o que significou, na Escola de Ciências, onde esse processo era mais acentuado, a redução de cerca de 50% do número de alunos da primeira para a terceira série (PENNA JÚNIOR, 1936). Conforme depoimento do professor Herman Lent, no caso da Escola de Ciências, embora esta se dissesse formadora de professores para o secundário, seus professores davam maior ênfase à pesquisa (LENT, 1977)⁸.

8. Herman Lent, professor da UDF, faleceu aos 93 anos, no Rio de Janeiro, em 07/06/04. Renomado cientista, publicou mais de 240 trabalhos científicos (JORNAL DA CIÊNCIA, 2004).

A respeito das atividades acadêmicas da Universidade do Distrito Federal, analisando fontes documentais *da e sobre* essa universidade, podemos fazer algumas inferências: em um período em que a tradição brasileira de ensino superior se baseava no ensino profissional utilitário, a criação da USP e da UDF iria redirecioná-lo para preocupação com a ciência básica. Decerto, essa mudança tornaria necessárias as missões estrangeiras de professores, que deixariam suas marcas tanto na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, como na UDF e, mais tarde, na Faculdade Nacional de Filosofia (FÁVERO, 2001).

Não obstante todos os problemas enfrentados, além dos estrangeiros, os professores da UDF, até sua extinção, foram um verdadeiro “quem é quem da ciência e da cultura brasileira fora de São Paulo” (SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 212). Entre outros, destacamos: Roberto Marinho Azevedo, Hermes Lima, Lélío Gama, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Lauro Travassos, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Abgar Renault, Antenor Nascentes, Candido Portinari, Heloisa Alberto Torres, Joaquim Costa Ribeiro, Manoel Bergstrom Lourenço Filho e Antonio Carneiro Leão.

Em entrevista concedida ao *Programa de História Oral do CPDOC/FGV*, em 1997, observa o Professor Leinz, que os professores que permaneceram, a partir de 1936, na Universidade do Distrito Federal, em especial na Escola de Ciências, tentaram levar adiante o projeto inicial:

Eu logo introduzi um sistema que se usava na Alemanha, de fazer excursões com [os alunos], de mostrar a geologia do Distrito Federal na natureza. Nós íamos pela manhã, ou para Copacabana — pois ainda tinha muitas pedreiras — ou para a praia. Eu explicava a influência do mar. Nossos alunos tentavam reconhecer rochas e minerais por métodos simples, mais modernos. Em 1937 fiz uma excursão muito grande com os alunos, para sua formatura, em Minas Gerais [...]. fizemos uma viagem para conhecer toda Minas Gerais. Para conhecer o manganês, para conhecer ferro, para conhecer Morro Velho, para conhecer Itabira [...]. Os alunos já eram pessoas formadas [mas] grande parte nunca tinha saído do Distrito Federal [...]. Eu forçava muito o trabalho prático, o manuseio do material, [o que] é extremamente importante, para não ser livresco. A Universidade permitiu, pois havia verba, para que fosse importado todo o material desejado. E importamos, essencialmente da Alemanha, projetores, material de ensino, mapas, minerais, lâminas, microscópios. Os livros eram fornecidos pela Universidade. E, nesse clima, rapidamente tivemos uma instalação, muito boa para a sua época, de Geologia e Mineralogia (LEINZ, 1977, p. 21-24).

O trabalho do professor Leinz, em especial essa excursão a Minas Gerais, deixou marcas profundas em seus alunos. A respeito, o depoimento de Newton Dias Santos, graduando do 3º ano do Curso de História Natural, em 8 de novembro de 1937, é importante e ilustrativo:

Essa excursão trouxe-nos vantagens de várias ordens... Apoiando-se sobre conhecimentos ministrados no Curso [Mineralogia e Geologia], reafirmando ora uns, relembrando ora outros, veio ela ligar fatos até então isolados, e estabelecer, seguramente, uma cadeia contínua que deu a nosso Curso de Geologia uma solidez incontestável. Nossa visão ampliou-se; o que vimos em Minas ligou-se perfeitamente aos conhecimentos adquiridos em aula e laboratório, consolidando-se eficientemente. A associação de fatos e idéias foi rica e bastante aproveitável. Nosso Curso de Geologia teria uma falha lamentável se não acrescentasse, ao programa de seu curso, uma visão de Geologia do Brasil [...]. Era necessário que nós, futuros professores e guias de jovens estudantes, tivéssemos visto de perto, com os próprios olhos, o patrimônio geológico e mineralógico de nosso país, a fim de sentir toda exuberância de nossa riqueza, que devemos olhar... Mas não é só esse lado, legado pela natureza, inconscientemente, ao mesmo tempo que admiramos a prodigalidade da natureza, somos feridos pelo abandono e pela ineficiência de nosso trabalho em relação às possibilidades atingíveis. Já é tempo de olharmos nossos defeitos, mais do que as nossas qualidades. Sobre o pico do Itabira nossa visão dominava, inteiramente, a vasta região ferrífera brasileira; ali a natureza depositou a maior jazida de ferro do mundo não para os brasileiros dela se vangloriarem, mas dela se utilizarem (SANTOS, 1937).

Em seu pronunciamento, Newton Dias Santos faz ainda uma apreciação do Curso de História Natural e observa que, ressaltando o problema da falta de laboratórios próprios, a Escola tinha pessoal qualificado e em condições de contribuir para a formação de pesquisadores. De forma enfática, assinala:

Ela preencheu uma lacuna considerável no ensino universitário do país, mas parece-me que seu verdadeiro método reside no espírito que anima alunos e mestres. A Universidade do Distrito Federal, apesar de suas múltiplas localizações, vive; ela é ativa e não tem o aspecto rotineiro das universidades tradicionais (SANTOS, 1937).

Uma evidência desse caráter ativo da Universidade do Distrito Federal e de suas preocupações em formar pesquisadores se manifestou, além da criação de

centros de estudos, na legislação que a reorganizou em 1938: as chefias das seções didáticas deveriam passar a ter carga horária suficiente, para que pudessem dedicar-se a pesquisas originais e à orientação acadêmica dos alunos.

Outro aspecto para o qual o professor Leinz chama a atenção, em sua entrevista, é a presença de dois assistentes em cada cadeira como fator importante para dar início à criação de uma escola. Segundo ele, isso contribuiu para que, na Geologia, logo se iniciassem as pesquisas, uma sobre o método utilizado por essa ciência, outra sobre o da paleontologia. Mas, com a Lei de Desacumulação de Cargos, em 1937, os assistentes passaram a ser, em geral, recém-formados, o que resultou “em grande vantagem para eles e não grande vantagem para o ensino” (LEINZ, 1977, p. 31).

A propósito dessa lei, observa-se que ela representou, de imediato, prejuízo para a formação de pesquisadores, uma vez que excelentes professores e pesquisadores ficaram fora da UDF, restringindo-se as possibilidades de experiências e de trabalhos de campo. Isso aconteceu também com professores da UDF que trabalhavam no Instituto de Manguinhos e no Observatório Nacional, entre eles Herman Lent e Lauro Travassos, que anteriormente podiam levar seus alunos para essas instituições. Com a saída desses pesquisadores, observa Schwartzman (1979), reduziu-se a possibilidade de integrar os alunos em grupos e laboratórios de pesquisa já constituídos. Em que pese o fato de a UDF já poder contar com uma equipe apta a substituir os primeiros professores, como é o caso de Joaquim Costa Ribeiro e Belisário Távora, o afastamento de cientistas com vasta experiência em pesquisa deixou marcas negativas sobre o trabalho que se desenvolvia (p. 180).

4. Centralização, autoritarismo e extinção da UDF

Ao ser instalada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal surgiu como um divisor de águas, em meio à agitação que marcava o País naquele momento e às disputas pelo controle dos rumos da educação nacional. Mas, mesmo num clima de disputas e incertezas no cenário educacional, como sinaliza Anísio Teixeira, a implantação da UDF foi aclamada por importantes segmentos da intelectualidade brasileira. Ao mesmo tempo, tramou-se, desde que foi criada, inclusive no nível do Ministério da Educação e Saúde Pública, seu impedimento e sua extinção. Anísio Teixeira decerto percebia isso. Em seu discurso, quando da instalação dos cursos, já advertia que se começava a organizar a UDF “com rumores em volta de nós de que somos demais, de que nos sobram instituições de cultura superior e nos faltam escolas primárias” (1998, p.36) e argumentava:

Ninguém até hoje mais profundamente sentiu a necessidade de educação primária que Jefferson, que declarou certa vez, em 1823, que, se tivesse de escolher entre o ensino primário

e a universidade, mais facilmente fecharia esta do que aquele, de tal modo lhe parecia importante para o seu país a difusão entre a massa, dos conhecimentos essenciais (TEIXEIRA, 1998, p. 36-37).

No entanto, observa: raros homens de Estado podem se orgulhar, como ele, “de terem deixado de sua vida um monumento tão imperecível como a Universidade de Virgínia”, criada e organizada em um período em que o ensino primário em seu país se iniciava e não tinha sequer sido fundada a primeira Escola Normal para formar professores primários (TEIXEIRA, 1998, p. 37).

No mesmo discurso, Anísio Teixeira assinalava:

Muitos julgavam que a Universidade poderia existir, no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida... Conhecemos, todos, a linguagem desse reacionarismo. Ela é matusalênica.

É que liberdade, meus senhores, é uma conquista que está sempre por fazer. Desejamo-la para nós, mas nem sempre a queremos para os outros. Há, na liberdade, qualquer coisa de indeterminado e de imprevisível, o que faz com que só possam amar os que realmente tiverem provado, até o fundo, a insignificância da vida humana, sem o acre sabor desse perigo. Por isso é que a Universidade é e deve ser a mansão da liberdade. Os homens que a servem e os que, aprendendo, se candidatam a servi-la, devem constituir esse fino escol da espécie para quem a vida só vale pelos ideais que a alimentam. Essa bravura é que os torna invencíveis. Não morreram em vão os que morreram por esse ideal de um “pensamento livre como o ar”.

Todos os que desapareceram nessa luta, como todos os que hoje nela se batem, constituem a grande comunhão universitária que celebramos nesta inauguração solene dos nossos cursos. (TEIXEIRA, 1998, p. 43)

Análise de fontes documentais *da e sobre* a Universidade do Distrito Federal, nos permite inferir que, ao ser instalada, as oposições a ela delineadas em nível oficial foram bem decisivas; ou seja, a oposição à UDF era mais profunda do que se deixavam prever as falas dos que estavam no poder. Como insiste Hermes Lima (1978), “brandiam contra a Universidade sobretudo o argumento ideológico. Seria uma Universidade esquerdista, senão comunista, qualificação mágica pela qual o sectarismo integralista e a cegueira ultramontana obstruíam qualquer iniciativa, qualquer atitude julgada inconveniente ou prejudicial ao predomínio da reação que comandavam” (LIMA, 1978, p. 183).

A literatura, sobretudo a oficial, fala de incorporação dos cursos da UDF pela Universidade do Brasil. Na verdade, a primeira foi extinta e seus cursos foram transferidos para a segunda, por meio do Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939 (FÁVERO, 1989, p. 21-28).

Em nome da disciplina e da ordem, características do regime autoritário em vigor, o Ministro Gustavo Capanema encaminhou ao Presidente da República *Exposição de Motivos*, datada de 28 de junho de 1938, que acompanhava o decreto acima referido, justificando a destruição da UDF. O modelo-padrão de organização universitária se impunha:

A Universidade do Distrito Federal, mantida pela Prefeitura, ministra cursos (filosofia, ciências, letras, economia, política, pedagogia, etc.) que são essenciais a qualquer universidade. A Universidade do Brasil, mantida pela União, não pode deixar de instituí-los, à semelhança das mais acatadas universidades do mundo, sob pena de permanecer indefinidamente como uma entidade anômala, sempre longe de ser uma honra para o país. Dessa maneira, é fora de dúvida que o caminho mais simples, mais certo e mais econômico é que os cursos da Universidade do Distrito Federal se incorporem à Universidade do Brasil (CAPANEMA, 1938).

Em 1938 ainda, o Ministro Capanema enviou um texto ao Diretor do DASP, Luiz Simões Lopes, sob o título “Observações sobre a Universidade do Distrito Federal”. Trata-se de um documento bastante contundente, a respeito do Decreto Municipal nº 6.215/38, que reorganiza a UDF, e que, segundo ele, era inconstitucional, por faltar competência para tanto ao Prefeito. A respeito, observou:

A existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. O Ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação [...]. É preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho Universitário da capital da República (CAPANEMA, 1938).

Embora o País vivesse um de seus períodos de mais acentuada repressão, houve protestos tanto da imprensa como de intelectuais, como Mário de Andrade e Luiz Camillo de Oliveira Netto, que repudiaram vivamente o dismantelamento da UDF e lastimaram ter sido apagado um dos centros mais vivos de saber e de

cultura, “um lugar de ensino mais livre e mais moderno e mais pesquisador do Brasil” (ANDRADE, 1939). A respeito da extinção da UDF, Mário de Andrade, em carta dirigida ao Ministro Capanema, é bastante incisivo:

Não pude me curvar às razões dadas por você para isso; lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge da pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias (ANDRADE, 1939).

Posicionamento também bastante importante foi o de Luiz Camillo de Oliveira Netto, designado para assumir a Reitoria da UDF, na fase de “transferência” de seus cursos para a Universidade do Brasil. Após protestar contra a forma como vinha se efetivando a “transferência”, concluiu: “Como resultado, e único resultado prático, será extinta a Universidade do Distrito Federal, ou seja, destituída, definitivamente, a instituição de ensino de maior importância cultural do Rio de Janeiro e possivelmente de todo o país” (OLIVEIRA NETTO, 1939).

5. Uma palavra final

Refletindo sobre a proposta, o significado e o contexto em que se desenvolveu a Universidade do Distrito Federal (abril de 1935 a janeiro de 1939), observamos que a realidade que perseguimos às vezes está oculta e é distinta dos fenômenos e dos discursos expressos por aqueles que representavam o poder instituído ou a ele estavam ligados. Passadas mais de seis décadas da criação da UDF, somente nos resta dizer que a visualizamos, como uma utopia vetada, por ter representado, em matéria de instituição universitária, uma alternativa em relação ao modelo estabelecido. Era parte de um programa de universidade a ser construído, em direção à nova realidade.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário de. *Carta* dirigida a Gustavo Capanema, em 23.02.39. CG/Andrade, M. doc.7, série g. CPDOC/FGV.

BITTENCOURT, Raul. Breve histórico da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia. In: UNIVERSIDADE DO BRASIL. *Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1955.

CAMPOS, Francisco. Exposição de Motivos. Reforma do Ensino Superior. *Diário Oficial da União*, 15.04.1931, p. 5830/4839.

CAPANEMA, Gustavo. *Observações sobre a Universidade do Distrito Federal*. GC filme 43, fotograma 0613 ou GC 38.09.18 doc. 3, série g. CPDOC/ FGV.

CAPANEMA, Gustavo. *Exposição de Motivos* de 28 de junho de 1938, encaminhando projetos de decretos-lei. GC filme 43, fotograma 0613 ou GC 36.09.18, doc.13, série g. CPDOC/ FGV.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã. O ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (Coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia: projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989. Série FNFi, v.1.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade do Distrito Federal (1935-39): uma utopia vetada? *Revista Ciência Hoje*, v. 21, n. 125, p. 6973, nov./dez. 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Anísio Teixeira e a UDF: que lições nos oferecem? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 87-1001, jan./jun. 2001.

HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: Regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JORNAL DA CIÊNCIA. *Herman Lent*, ano 43, n. 531, p. 1, 18 jun. 2004.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMME, Paschoal. *Memórias*. Vida de família, formação profissional, opção política. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1988, v.2.

LEINZ, Viktor. *Entrevista* concedida ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, em 1977 (História da Ciência, Convênio FINEP/ CPDOC-FGV).

LENT, Herman. *Entrevista* concedida ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, em 1977 (História da Ciência, Convênio FINEP/CPDOC/FGV).

LIMA, Alceu Amoroso. *Carta* dirigida ao Ministro Gustavo Capanema, em 16 de junho de 1935. GC/ LIMA, A. série b, doc.16. CPDOC/ FGV.

LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira. Estadista da Educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENDONÇA, Ana Waleska. *Anísio Teixeira e a universidade de educação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MORAES, Maria Célia de. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos*. Florianópolis: UFSC, 2000.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos? *Teoria e Realidade*, n. 6, 1992, p.151-82.

OLIVEIRA NETTO, Luiz Camillo de. *Carta dirigida ao Secretário do Presidente Vargas, Luiz Vergara*. GC 36.09.18 doc.10, série g. CPDOC/ FGV.

PAIM, Antônio. Por uma Universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982, p.17-96.

PEIXOTO, Afrânio. *Carta dirigida a Anísio Teixeira em 1935*. AT 35.04.10, doc.5, série t. CPDOC/FGV.

PENNA JÚNIOR, Affonso. *Discurso do Dr. Affonso Penna Júnior ao assumir a Reitoria da Universidade do Distrito Federal, em 27 de março de 1936*. Arquivo UDF-PROEDES/FE/ UFRJ.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Universidade do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935.

SANTOS, Newton Dias do. *Discurso pronunciado por aluno do Curso de História Natural da UDF, 8 de novembro de 1937*. Arquivo UDF-PROEDES/ FE/ UFRJ.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TOLEDO, Odette. *Carta dirigida a Anísio Teixeira em julho de 1937*. Arquivo UDF-PROEDES/FE/UFRJ.

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL. *Lições Inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro: UDF 1937.

VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira. A Polêmica da Educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.